



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1005976-92.2018.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**
Requerente: **Tatiana Aparecida Redondo Rabello**
Requerido: **Luiz Rabello**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de adjudicação de bens a requerimento de parte capaz, sujeita ao rito do arrolamento, consoante o disposto nos artigos 659 ao 667 do Código de Processo Civil.

Com a vigência da nova legislação processual, deixou de ser condição para a homologação da partilha ou da adjudicação, no arrolamento, a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas. O artigo 1.031 do Código de Processo Civil de 1973, continha a expressão "mediante prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas", que foi suprimida no artigo 659, do Código de Processo Civil vigente.

Também não cabe a instauração de expediente para apuração do ITCMD, já que nos termos do artigo 662 do Código de Processo Civil, *não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento, ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.*

O valor dos bens é indicado pelo inventariante (art. 664, CPC), não sendo necessária avaliação do espólio (art. 661), exceto se constatar-se a existência de credores (art. 663). Por esse motivo, as autoridades fazendárias não ficam sujeitas aos valores atribuídos pelos herdeiros (1º §, art. 662), sendo que o Fisco deverá ser intimado para o lançamento administrativo do ITCMD e de outros tributos eventualmente incidentes após o trânsito em julgado da sentença que homologa a partilha ou a adjudicação (§ 2º, art. 659).

Ante o exposto, ressalvados eventuais erros, omissões ou direitos de terceiros, JULGO E HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a adjudicação de fls. 01/04, referente aos bens deixados pelo falecimento de Luiz Rabello, adjudicando à herdeira a integralidade dos bens.

De acordo com o Provimento 31/2013 das Normas da Corregedoria, desnecessária a expedição de Formal de Partilha/Carta de Adjudicação ou aditamento, neste Ofício Judicial, ficando facultado ao interessado e/ou seu(sua) Advogado informar o número do processo digital a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

um dos Cartórios de Notas da Comarca, que providenciará a expedição do necessário para o registro.

Acolho o pedido de levantamento de saldo residual de benefício INSS, **AUTORIZANDO** a autora, Tatiana Aparecida Redondo Rabello, CPF nº 223.689.008-70, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pelo falecido, Luiz Rabello, CPF nº 742.235.268-04, referente ao resíduo do benefício previdenciário do NB nº42/106.638.199-0.

Não havendo interesse recursal, nos termos do artigo 1.000 do Código de Processo Civil, anoto o **trânsito em julgado da sentença nesta data**, dispensando o Cartório de lançar certidão.

Expeça-se alvará para levantamento do valor, com validade de 180 dias.

Intime-se o Fisco, por e-mail, encaminhando senha para acesso aos autos, sendo desnecessária a manifestação nestes autos.

Expeça-se certidão de honorários ao advogado nomeado a fls. 07 pelo convênio firmado entre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a OAB.

Após, cumpridas as determinações, feitas as comunicações de praxe, **arquivem-se**, com as cautelas de estilo.

P.I.C.

São Carlos, 09 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**